



PORTUGAL A LIDERAR A OLIVICULTURA MODERNA INTERNACIONAL

ÁREA IDÊNTICA, MAS UM OLIVAL DIFERENTE

Atualmente, existem **361.483 hectares de olival em Portugal**, dos quais são **352.404 hectares de olival para azeite** (INE, 2019).

Apesar de um ligeiro acréscimo nos últimos anos, ainda estamos com uma **área total de olival inferior à área existente no ano 2000, que era de 367.351 ha.** (Figura 16).

Se analisarmos a produção de azeitona, e nos concentrarmos apenas em campanhas de safra, podemos verificar no que **na campanha de 2006 tínhamos tido uma produção de 362.301 toneladas de azeitona** e que **na campanha de 2017 atingimos uma produção de 858.413 toneladas**, ou seja, a produção cresceu **2,5 vezes** (Figura 17).

A produtividade média de azeitona passou de valores a rondar os **0,5 toneladas de azeitona/hectare de olival para 2 toneladas de azeitona/hectare**, ou seja, a produtividade média de azeitona quadruplicou em apenas **18 anos** (Figura 18).

O Olival Tradicional ocupa uma área total de **140 mil hectares (37,2% da área total)**, tendo uma maior expressão nas regiões da Beira Interior e Trás-os-Montes. O **Olival moderno em copa ocupa uma área total de 125 mil hectares (33,2% da área total de olival)** e encontramos este tipo de olival representando em todas as regiões de forma semelhante. O **Olival moderno em sebe ocupa uma área total de 111 mil hectares (29,6% do total da área de olival)** (Figura 19).

Em 1999, apenas **2% do total de olival era moderno** e, atualmente, este tipo de olival representa **63%**, ou seja, durante os últimos 20 anos, o olival português passou por uma profunda transformação; de um olival tradicional, e não competitivo, passou-se para um olival moderno e eficiente, com todos os benefícios diretos e indiretos que isso gera.

Em 2005 a percentagem de **Azeite Virgem e Virgem extra era de 72% do total de azeite produzido** e, em 2017, já tínhamos **95%** do azeite nacional certificado como **Azeite Virgem e Virgem Extra**, sendo absolutamente residual a quantidade de azeite lampante (de menor qualidade) nas últimas campanhas.

Com o crescimento esperado, nos próximos 10 anos, Portugal será a maior referência na olivicultura moderna e eficiente do mundo, e possivelmente o sétimo maior em superfície, e o terceiro maior na **produção mundial de azeite**, o que não surpreende pelo facto do país já contar com duas empresas que são referências internacionais na produção de azeitona e no embalamento de azeite. Outra particularidade de Portugal, é que é um dos primeiros lugares do planeta onde se inicia a



campanha da azeitona, oferecendo ao mercado os primeiros azeites de campanha de elevada qualidade.

IMPORTANTE CONTRIBUTO PARA O SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

Se considerarmos a fileira do azeite, englobando a produção de azeitona para azeite e a produção de azeite, e considerando o último triénio, obtemos um volume de negócios superior a 620 milhões de euros, o que representa um valor 2,5 vezes superior ao volume de negócios do triénio 2010 a 2012 e cerca de 9% do valor da produção agrícola nacional.

As exportações nacionais de azeite têm crescido de forma muito marcada nos últimos anos (Figura 26), tendo atingido, em 2017, um valor próximo dos 500 milhões de euros, em comparação com pouco mais de 80 milhões de euros, em 2005, colocando Portugal como 5.º maior exportador mundial de azeite. Para além disso, temos de forma consistente, nos últimos 5 anos, sido capazes de manter níveis de exportação perto das 132.000 toneladas de azeite.

O setor do azeite contribui de forma positiva, com um valor de 144,405 milhões de euros, para o saldo da balança do complexo agroalimentar nacional, que registava, em 2017, um valor negativo de -3.460 milhões de euros.

UM SETOR EMPREGADOR

O emprego relacionado com o setor representa mais de 7 milhões de dias de trabalho em cada campanha, o que equivale ao trabalho de cerca de 32.000 pessoas a tempo inteiro, apesar da sazonalidade de muitas das tarefas realizadas na cadeia de valor.

De acordo com o INE, este emprego está distribuído 79% na olivicultura, 12% na produção de azeite, 7% na comercialização e 2% na refinação (Figura 31). É de assinalar o crescimento do emprego na olivicultura nos últimos anos.

A EVOLUÇÃO NO ALENTEJO

UM OLIVAL MAIS PRODUTIVO

O olival alentejano passou de 172 mil hectares, em 2007, para 188.500 hectares, em 2018 (Figura 36), o que representa um crescimento de cerca de 10%.

Há 20 anos, o olival moderno representava apenas 6.000 hectares; hoje em dia, representa 82% do total da área de olival, com a incorporação de novas áreas de regadio, sobretudo de Alqueva, e da transformação de olivais tradicionais em olivais modernos. Esta alteração de tipologia de olival permitiu afirmar o Alentejo como a região do país com maior produção de azeitona (Figura 37), tendo representado, em 2018, mais de 75% do total de azeitona produzida a nível nacional (em 1999, representava cerca de 25% do total nacional).



Esta alteração da tipologia de olival, com a instalação de olivais modernos, e eficientes, de regadio, permitiu aumentar a produtividade mais de 6 vezes nos últimos 18 anos (Figura 38), estando a média regional perto das 3 toneladas de azeitona por hectare. No entanto, nos olivais modernos instalados, em plena produção, obtêm-se produtividades médias de 10 a 12 toneladas por hectare, pelo que se espera um crescimento muito acentuado da produtividade regional (e, por arrasto, da produtividade nacional) de azeitona. Muitos dos olivais recentemente instalados ainda não atingiram a plena produção.

O EFEITO DO REGADIO DE ALQUEVA

Em agosto de 2019 estavam inscritos 55.185 hectares de olival nos aproveitamentos hidroagrícolas do EFMA (Fonte: EDIA, 2019), cuja evolução está apresentada na Figura 41 e que demonstra que mais de 90% do olival em Alqueva é olival moderno.

A zona de Alqueva, há duas décadas atrás, já contava com cerca de 40 mil hectares de olival, pelo que, na maioria da área, assistimos a uma reconversão do sistema de produção, passando de olival tradicional a olival moderno, e, na restante área, a um crescimento do olival em zonas anteriormente de sequeiro e que passaram a ser irrigadas com a implementação do projeto do EFMA.

Do ponto de vista económico assistimos a uma verdadeira revolução; em poucos anos a cadeia de valor do azeite passou a valer cerca de 450 milhões de euros, sobretudo devido a melhorias na eficiência, gestão, profissionalização e otimização da cultura e dos processos. Esta maior geração de riqueza teve efeitos sociais muito positivos, contribuindo para a fixação de pessoas.

Temos assistido a uma verdadeira revolução agrícola na região do Alentejo. Ao analisar os dados do Banco de Portugal, que servem de base à construção dos Quadros do Setor, verificamos que, na região, o número de empresas do setor agrícola aumentou 68%.

Em 2017, o setor agrícola na região do Alentejo representou um volume de negócios de 2.095 milhões de euros, tendo sido gerado quase 24% na região do Baixo Alentejo, da qual se destaca o concelho de Beja que representou quase 50% da atividade total da NUT III em que se insere (Figura 45). De salientar que, entre 2011 e 2017, a NUT II “Alentejo” cresceu mais de 55% em volume de negócio agrícola, sendo de assinalar o crescimento verificado em concelhos como Cuba, Beja ou Ferreira do Alentejo

O olival tem sido a cultura que tem atraído mais investimento externo, em particular na região de Alqueva, fator essencial para o desenvolvimento da economia nacional. Os espanhóis foram os principais impulsionadores da primeira fase de expansão dos olivais modernos na região, tendo trazido conhecimento e tendo sido muito úteis para demonstrar aos agricultores nacionais que era possível fazer diferente. Com a expansão do regadio de Alqueva e com a curva de experiência da região, o investimento na cultura passou a ser liderado por empresários nacionais. Por exemplo, em



2016, mais de 60% do olival no EFMA era promovido por investidores portugueses, existindo uma diversidade muito grande de nacionalidades de investidores olivícolas na região (Figura 51).

No conjunto do investimento agrícola do Alentejo, que já corresponde a 655,7 milhões de euros (Figura 53), o olival representa 64,39% do total do investimento apresentado no Alentejo, demonstrando a sua importância na modernização do setor.

É ainda de realçar o peso do investimento em olival na região de Alqueva, que representa 46,57% do investimento total agrícola no Alentejo, sendo 45% desse investimento realizado por Jovens Agricultores (Figura 54).

Segundo um estudo recente elaborado por especialistas da Universidade de Jaén, que estudou casos em Jaén e na Arábia Saudita, com diferentes tipologias de olival, concluiu-se que é o rendimento gerado que fixa gerações de pessoas ao território, pelo que quanto mais eficiente e rentável seja um olival, maior será a fixação de pessoas aos territórios em zonas rurais. Os resultados da investigação mostram que 17 mil hectares de olivais tradicionais (com apoios públicos) retêm 1.400 pessoas, enquanto 7 mil hectares de olival moderno (sem apoios públicos) são capazes de fixar permanentemente 1.200 pessoas. Para além disso, a idade média das pessoas, no primeiro caso, excedia os 50 anos, enquanto no segundo caso, devido à existência de muitas crianças, não excedia os 35 anos.

Os dados deste estudo, realizado no Mestrado de Olivicultura e Azeite da Universidade de Jaén, comprovam que o olival moderno mantém 16 pessoas como população rural permanente por cada 100 hectares, enquanto o olival tradicional apenas fixa 8 pessoas para a mesma área, sobretudo pelo efeito na criação de riqueza. Apesar das necessidades de pessoas ser menor aquando da colheita, as restantes tarefas exigem um maior número de pessoas (Figura 55) para além que há efeito indireto de aumento de pessoas ligadas aos lagares.

Para além disso, também se tem verificado um decréscimo constante do número de desempregados inscritos nos centros do IEFP da região, o que contrasta com o que tem ocorrido em Portugal.

Também se tem verificado um acréscimo de diplomados do ensino superior na área da Agricultura no Alentejo (Figura 60), com uma taxa maior que a média nacional, entre 2001 e 2017. Nesse mesmo período, houve um decréscimo de diplomados no ensino superior no Alentejo, o que ainda revela mais sobre o impacto da agricultura na qualificação desta nova geração.

Para além disso, a dinâmica do setor agrícola e, em particular, a dinâmica dos projetos agrícolas impulsionados por Alqueva, tem permitido “atrair” população para os concelhos da região, criando naturalmente novas dinâmicas e novas oportunidades. Por exemplo, verificamos que ocorreu um acréscimo de cerca de 600 alunos inscritos no ensino secundário no distrito de Beja (Figura 61). Esta evolução é bem contrastante com a realidade da maioria do território do interior de Portugal Continental.



No território do Alentejo, o Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio (COTR) tem assumido um papel crucial no apoio à melhoria da gestão da água. Um dos serviços que prestam é a avaliação do coeficiente de uniformidade dos sistemas de rega. Ao longo dos últimos anos é de assinalar as melhorias verificadas: **antes de 2015 existiam apenas 25% dos sistemas com coeficiente de uniformidade “bom” ou “excelente” e, em 2017, esse valor já ultrapassa os 95% dos sistemas de rega auditados pelo COTR (Figura 62), sendo 79% desses sistemas instalados na cultura do olival.**

DESCARBONIZAÇÃO

O sequestro de carbono aumenta consideravelmente nas modalidades de maior densidade, que torna possível a comparação com algumas das principais espécies florestais nacionais.

Com valores desta natureza, **o sequestro de carbono anual dos olivais instalados no EFMA, considerando as diferentes modalidades, pode chegar às 0,54 milhões de toneladas de CO₂ anualmente. Este valor é equivalente à emissão de carbono de mais de 82.000 portugueses, muito próximo da população de Beja e Évora combinadas.**

UMA GESTÃO CUIDADA DO SOLO

Em termos ambientais, a gestão do solo nos olivais, tal como a não mobilização, a utilização de coberturas vegetais (culturas de cobertura ou vegetação espontânea), a incorporação de resíduos de poda, demonstram que são práticas mitigadoras e inclusivas de uma estratégia que pode melhorar as propriedades do solo, diminuir as emissões de CO₂ e aumentar a capacidade do solo para armazenar carbono (Castro et al., 2008; Nieto et al., 2010 y 2012; Repullo et al., 2012).

As culturas permanentes, cujo modo de produção se baseia na manutenção de coberturas vegetais na linha e com práticas de produção integrada, contribuem para um aumento da biodiversidade, são altamente compatíveis com os valores ambientais e um enquadramento mais adequado para a convivência entre diferentes espécies (Conservação e proteção do solo – MAPAMA, 2015)

BAIXO NÍVEL DE APLICAÇÃO DE FITOFÁRMACOS

Em Portugal, para além de estarmos sujeitos a toda a regulamentação europeia, a Lei n.º 26/2013 veio estabelecer um quadro legal para uma utilização sustentável dos fitofármacos, que reduzam os riscos e efeitos da sua utilização na saúde humana e no ambiente, promovendo o recurso à proteção/produção integrada e a abordagens ou técnicas alternativas. Hoje em dia, a venda responsável de produtos fitofarmacêuticos está limitada a técnicos reconhecidos que só podem vender a aplicadores reconhecidos pelas entidades oficiais. Os equipamentos de aplicação também têm de estar devidamente homologados e periodicamente inspecionados.

A aplicação de produtos fitofarmacêuticos envolve uma avaliação muito pormenorizada, garantindo que apenas se trata quando é absolutamente necessário e que a dose aplicada é a necessária para o



problema detetado. Em culturas permanentes, a aplicação é feita com pulverizadores muito eficientes e de baixo débito, o que permite uma eficácia de aplicação muito elevado.

O olival é das culturas menos exigentes na aplicação de fitofármacos, e os que são utilizados têm baixa perigosidade, o que se reflete no baixo peso que a cultura tem no mercado de fitofármacos a nível nacional (Quadro 16), sobretudo sendo a cultura com maior área de implementação.

No entanto, a utilização de produtos fitofarmacêuticos pode conduzir à presença de resíduos nos produtos agrícolas no momento da colheita, ou após a sua transformação, devendo a sua concentração, quando existente, ser aceitável para a saúde dos consumidores. A avaliação desse risco para os consumidores é realizada pela EFSA (European Food Safety Authority), que mediante um conjunto muito vasto de testes e ensaios, estabelece limites máximos de resíduos (LMR) para cada uma das substâncias ativas e faz uma monitorização constante da presença de resíduos nos alimentos. **No último relatório de monitorização da EFSA, de um conjunto de 615 amostras de azeite analisadas, só foram detetados resíduos acima do LMR em 2 dessas amostras (0,3%)** (Figura 63).

REDUZIDAS NECESSIDADES DE ADUBAÇÃO

Numa análise por cultura, dividindo a análise pelas necessidades de azoto e de fósforo, percebemos que **as fertilizações estão associadas sobretudo a culturas extensivas, nomeadamente a forragens, pastagens e arvenses. O olival representa 1,9% das necessidades totais de azoto e de 1,0% das necessidades de totais de fósforo na agricultura nacional.**

PROMOÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Pela sua localização, geomorfologia e ocupação humana, Portugal é detentor de espécies da flora e fauna, ricas e diversificadas associadas a uma grande variedade de ecossistemas, habitats e paisagens. Portugal é o 10º classificado na UE -28 em percentagem de área integrada na Rede Natura 2000 e possui 22 % da totalidade de espécies descritas na Europa.

No Alentejo, 24,3% do território está classificado como Rede Natura 2000, sendo que 4,9% são de Áreas Protegidas, 15,4% de Sítios de Importância comunitária e 11,4% são zonas de proteção especial.

A importância ecológica dos olivais na bacia do Mediterrâneo torna-a numa cultura estratégica para a conservação da biodiversidade na Europa. **Algumas das áreas mais “ricas” em biodiversidade contêm ou estão em redor de olivais.**

Se é verdade que qualquer prática intensiva tem consequências na biodiversidade, a verdade é que muitas delas são positivas, nomeadamente o regadio, como nos foram descritas por alguns dos representantes das partes interessadas escutadas no âmbito deste trabalho. É importante referir que, por exemplo, **o impacto na biodiversidade na área de influência do projeto de Alqueva foi avaliado pela EDIA antes do início das obras e é sujeito a monitorizações constantes.**



Hoje em dia, os riscos de impacto na biodiversidade que advém da intensificação dos sistemas produtivos estão muito minimizados através da utilização de recursos e de competências técnicas que permitem a implementação de práticas mais eficientes e sustentáveis em linha com os desenvolvimentos tecnológicos mais recentes em agricultura de precisão.

Num estudo coordenado pela CAP que incidiu sobre 16 explorações agrícolas, que representam diferentes fileiras com expressão económica relevante e características da região em que se inserem, verificou-se que, quanto maior o número de estruturas naturais (bosquetes, orlas, sebes, zonas ripícolas) ou artificiais (charcas agrícolas, muros de pedra, marouços, caixas – ninho/abrigo), maior foi a riqueza específica encontrada. Nessa análise comparativa, apresentada na Figura 64, o olival apresenta uma riqueza de biodiversidade muito superior a outras culturas permanentes e a outras culturas anuais.

O 3º relatório do Grupo de Trabalho do Olival (GTO)³ é uma das poucas referências encontradas que aborda alguns dos impactos dos olivais modernos, nomeadamente ao nível da biodiversidade. Neste trabalho, o resultado da comparação dos efeitos ambientais dos olivais modernos com os das principais culturas do Alentejo: vinha, trigo, prados, pastagens, arroz, tomate e milho, concluiu que “o olival moderno não promove mais pressões ambientais do que outras culturas regadas com expressão determinante no Alentejo. Inclusive, os indicadores compulsados apontam-na como das menos potenciadoras de impactos negativos no solo”. Sublinhando a importância da monitorização das alterações no solo, em especial o fenómeno de erosão e compactação nos terrenos com declive moderado.

Atualmente, os 55.185 hectares ocupados com olival em Alqueva representam apenas 1,75% do total do território do Alentejo, representando 15,27% da área total de olival a nível nacional (Figura 65).

No Quadro 19 podemos analisar o peso relativo que o olival representa em cada concelho, qual a área do concelho regada por água de Alqueva e qual o peso que o olival representa na área regada por Alqueva. Por exemplo, no concelho de Serpa o olival ocupa 25,66% da área do concelho, e o olival regado por Alqueva ocupa 62,25% da área concelhia regada por Alqueva (que abrange 22,89% da área do concelho), ou seja, uma parte substancial do olival não está no perímetro de rega do Alqueva.

A “revolução” agrícola que ocorreu em Alqueva também trouxe um novo desafio sobre o património. O projeto de Alqueva tem sido a “maior operação de arqueologia preventiva e de salvaguarda alguma vez realizada em Portugal e das mais importantes a nível europeu e mesmo mundial” (Direção Regional de Cultura do Alentejo, 2019), onde foram feitas mais de 1.700 intervenções arqueológicas. Nas áreas de implementação dos blocos de rega do Alqueva, todas as obras foram acompanhadas por arqueólogos e centenas de sítios foram intervencionados.